

O estudo da História da África no resgate das origens do povo negro e o desenvolvimento de processos pedagógicos em projetos sociais¹

Luciana Marques Pereira²
Margarete Fagundes Nunes³

O estudo da história da África no Brasil tornou-se obrigatório através da Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003.⁴ Mas podemos nos perguntar se essa lei vem sendo cumprida e se os profissionais da educação estão adequadamente preparados, se há material didático apropriado, já que o Brasil tem em sua história o escravismo dos negros e uma discriminação racial construída desde os primórdios do descobrimento do país. Baseando-se na experiência do projeto de extensão *Quizomba da Cidadania*⁵, desenvolvido junto às comunidades carnavalescas de Novo Hamburgo/RS e do qual a Feevale é uma das entidades integrantes, buscamos analisar como os profissionais e acadêmicos se integram na construção de uma proposta pedagógica extracurricular, isto é, trabalhando com crianças de idades e níveis de aprendizagem diferentes fora do ambiente escolar, e como vem sendo implementado o proposto na Lei 10.639 junto às comunidades carnavalescas. O processo de ensino-aprendizagem de história da África e cultura afro-brasileira, desenvolvido no projeto *Quizomba da Cidadania* por acadêmicas do curso de História da Fee-

vale, vincula-se a outras linguagens que fazem parte do cotidiano dessas comunidades, como a musicalidade, a dança, as expressões artísticas ligadas ao universo do carnaval, presentes em suas experiências culturais, fortificadas pelas vivências em grupo e por uma solidariedade étnico-racial.

A partir de projetos como o *Quizomba da Cidadania*, podemos avaliar as verdadeiras dificuldades que as escolas da rede formal de ensino enfrentam para a implementação da lei 10.639 e, ao mesmo tempo, avaliar a ação conjunta de diversas entidades sociais: comunidades carnavalescas, universidade, movimento social, organizações governamentais e não-governamentais. No caso da universidade, procuramos verificar como o curso de História organiza-se para a atender a demanda de formação de acadêmicos nessa temática específica.

No ano de 2007, a Feevale, por meio do projeto de extensão *Banda Mirim*⁶, integrou-se ao projeto *Quizomba da Cidadania*, que teve sua primeira edição de março a setembro de 2007. Entre as oficinas que foram desenvolvidas nas comunidades car-

navalescas música, dança, arte e criação contou-se com a oficina de *História, Memória e Cidadania*, na qual a Feevale, por meio do programa NIGERIA, teve uma participação direta na formulação e execução. Nessas oficinas participaram acadêmicas do curso de História da Feevale.

Nesta reflexão, pretendemos resgatar essa experiência, tendo como foco especialmente a Sociedade Esportiva Cultural e Beneficente Cruzeiro do Sul⁷, localizada no bairro Primavera, em Novo Hamburgo. Privilegiamos, num primeiro momento, o relato dessa experiência e, a seguir, apontamos questionamentos, dúvidas, a fim de oferecer novos subsídios para pensar a relação ensino, extensão e pesquisa, tão aclamada em nosso meio universitário, mas ainda limitada por nossas práticas cotidianas que teimam em perpetuar a fragmentação, a compartimentação da produção e socialização do conhecimento.

Transitando entre o ensino, a pesquisa e a extensão no projeto *Banda Mirim/Quizomba da Cidadania*

No projeto *Banda Mirim / Quizomba da Cidadania*, as acadêmicas do curso de História participaram comoicineiras oficiais ou voluntárias, envolvendo-se não apenas na oficina de *História, Memória e Cidadania*⁸,

mas acompanhando as demais atividades, inclusive as de monitoramento e avaliação do projeto. As oficinas foram desenvolvidas nas dependências das escolas de samba de Novo Hamburgo. No caso da Sociedade Cruzeiro do Sul, onde focaremos nesse relato, a responsabilidade pelo contato com as crianças e suas famílias cabia a um membro da própria comunidade, a senhora Carmen Regina da Silva, que atuou diretamente na oficina intitulada *Integração da Comunidade*. As oficinas ocorriam todos os sábados pela manhã, e participavam cerca de 30 crianças e adolescentes com idades entre 5 e 17 anos, quase todas residentes no entorno da Sociedade e quase todas negras. Cada oficina tinha a duração de 60 minutos, com intervalo para o lanche. Os demaisicineiros desenvolviam trabalhos de artes, dança e percussão. Nestas oficinas tinha-se o apoio pedagógico dos professores da Feevale Norberto Kuhn Junior e Margarete Fagundes Nunes, além de várias palestras de formação em conjunto com as entidades integrantes do projeto, especialmente a partir da atuação do Comitê Pró-Ações Afirmativas de Novo Hamburgo, o COPAA.

O problema de pesquisa construído a partir dessa experiência foi o de questionar como está a aplicação da lei 10.639/2003 no espaço formal de ensino e como ela pode ser desenvolvida

em um espaço informal, por exemplo, em uma escola de samba, por intermédio de projetos de cunho comunitário. Através da *observação-participante* identificamos que ainda é restrito o contato de crianças e adolescentes, matriculados em escolas de ensino público, com a lei 10.639, pois nos currículos escolares, normalmente, a história da África é abordada somente quando se estuda o período colonial do Brasil, com ênfase no regime de mão-de-obra escrava. Depois desse momento, a questão passa despercebida; inclusive, quando é estudada a história do Egito, esta é apresentada em um formato que nos deixa a sensação que o Egito não é no continente africano. Quando, na oficina, perguntamos às crianças onde ficava o Egito, elas não sabiam que era na África e tampouco sabiam que a África é um continente com vários países e povos diferentes. Então, para desenvolvermos a proposta do projeto por meio de oficinas, para não haver o mesmo formato engessado da escola formal, mesmo porque as oficinas eram ministradas para crianças e adolescentes no mesmo local, tínhamos que fazer um trabalho de maneira descontraída, mas sem descuidar das informações a serem passadas. Para reforçar a idéia de identidade, foi construído um jornal a partir de fotos e outros materiais que as crianças trouxeram de suas casas, no intuito de valo-

rizar a sua história pessoal, que também faz parte da história do bairro, da escola de samba, da cidade.

Para os objetivos específicos do projeto, o foco era o desenvolvimento da auto-estima do afro-descendente, como essa criança, esse adolescente se vê como cidadão de Novo Hamburgo, uma cidade que reforça um mito de origem, o da colonização alemã: “como eu, negro, me vejo enquanto sujeito social e atuante dentro da história da minha cidade, do meu país”. Muitas das crianças e adolescentes não conhecem a Lei 10.639 ou a história do povo africano, mas sabem como é a discriminação e os efeitos que ela pode causar em uma sociedade como a brasileira, que ainda supervaloriza os costumes e as culturas européias e subestima as culturas africanas e ameríndias. Essa sabedoria que os jovens têm não é um saber teórico, é um saber vivenciado dia a dia na própria pele, com eles próprios, com os familiares ou amigos. A partir da história da família, que é normalmente numerosa, cujos pais têm baixo nível de escolarização – o que lhes proporciona, na maioria das vezes, empregos de baixos salários, isso quando não ocorre o desemprego ou, ainda, pessoas próximas estão cumprindo pena em regime prisional por algum tipo de crime ou delito – podemos constatar que essa criança ou adolescente, muitas vezes,

não aceita sua cor, porque vê nela um obstáculo para a realização de seus sonhos, de hoje e do futuro.

Na oficina de *História, Memória e Cidadania*, o foco era a história da África e da cultura afro-brasileira. Procuramos demonstrar a importância do trabalho do povo africano nas Américas e no Brasil, como era a cultura do africano na África, como era a sua forma de vida, mostrar que o africano tinha suas estruturas socioeconômicas muito bem articuladas e que, quando chegou ao Brasil, mesmo em cativeiro, organizava-se em rebeliões, e que muitas tiveram sucesso. Tentamos, também, abordar a realidade do continente africano hoje, da mesma forma, pontuando questões atuais sobre os descendentes de africanos no Brasil.

Os temas foram abordados através de filmes apropriados para as idades, de maneira que todos pudessem entender. Foram usadas também músicas, representação através de desenhos, mapas, jogos, passeios, proporcionando-lhes uma visão mais ampla da realidade do povo negro no Brasil e no mundo.

Como resultados concretos, mesmo em um curto espaço de tempo, para além do aprendizado da história, ressaltamos o aumento da autoestima dessas crianças e adolescentes. Tinham “gosto” em fazer pentea-

dos em seus cabelos cacheados, sendo a estética corporal um elemento importante e que deve ser destacado. Quando participavam das apresentações de percussão – mesmo os que mal podiam com o peso do instrumento –, percebíamos que era o momento de glória de cada um, momento em que esqueciam das suas dificuldades cotidianas. Nas oficinas procurávamos enfatizar que vivemos em um país marcado pela diversidade e que, assim como os povos europeus, os povos africanos tiveram muita importância na construção do nosso país e em outras partes do mundo.

No que diz respeito ao curso de História da Feevale e às possibilidades de experiência em projetos de extensão como o *Banda Mirim/Quizomba da Cidadania*, conclui-se que a questão é de extrema relevância, pois é a partir deste olhar vivenciado na prática que o profissional vai poder fazer um elo com os conhecimentos teóricos trabalhados dentro do ambiente acadêmico. A experiência da extensão propicia aos acadêmicos o entendimento do quão longe estão da realidade que é mostrada nos livros e de que é possível vivenciar outros aprendizados fora dos espaços tradicionais de ensino.

Ao final desta etapa do projeto, podemos verificar que a lei 10.639 vem sendo aplicada ainda de modo muito parcimonioso, mas que o material didá-

tico já está bastante adequado, tanto nos livros enviados pelo MEC como na literatura infanto juvenil e em material bibliográfico para a área de pesquisa e estudos mais avançados sobre este assunto. O Projeto *Quizomba da Cidadania* mostrou que no espaço da escola de samba também se pode desenvolver o estudo da cultura afro-brasileira, bem como o estudo da História da África, envolvendo a comunidade do entorno que participa das atividades sociais da escola, fato que fortalece, ainda mais, as ações do projeto.

A Extensão universitária como canal de interlocução para a efetivação da Lei 10.639/2003

Um dos grandes entraves para a implementação efetiva da Lei 10.639/2003 e seus desdobramentos diz respeito à formação de professores. As universidades vêm buscando sanar lacunas dessa formação, tanto pela atuação direta no interior dos seus próprios cursos de licenciatura em História como buscando atender uma demanda da rede pública de ensino que necessita de uma capacitação permanente de seus professores, seja através do fornecimento de materiais didático-pedagógicos, ou cursos de formação, fóruns de reflexão e intercâmbios, entre outras atividades.

O Centro Universitário Feevale, por meio do Programa de Extensão NIGERIA, desde o ano de 2003 vem

realizando diversas ações nesse sentido. Para isso, tem buscado parcerias e desenvolvido ações com outras entidades, destacando-se a interlocução direta com o movimento negro local, o Comitê Pró-Ações Afirmativas de Novo Hamburgo. Dessa primeira parceria surgiram outras, ampliando-se as possibilidades de diálogo e de constituição de projetos de maior impacto social.

Aqui, interessa-nos, sobretudo, pontuar algumas questões tendo como parâmetro nossa atuação num projeto de caráter *interinstitucional*, o *Quizomba da Cidadania*, ao qual nos somamos em virtude de um projeto de extensão que vínhamos desenvolvendo junto a essas comunidades, desde 2003, o projeto *Banda Mirim*. Deixaremos para um próximo momento a reflexão sobre outras interlocuções estabelecidas por causa da Lei 10.639/2003, que diz respeito a algumas ações junto às redes públicas de ensino municipais e estadual.

O *Quizomba da Cidadania* destacou-se não só por proporcionar o aprendizado da História da África e da Cultura Afro-Brasileira em espaços informais, isto é, fora do espaço de sala de aula formal, mas porque os espaços eleitos para essa formação têm uma importância fundamental para a identidade dos homens e mulheres negros da cidade de Novo Hamburgo, que são os espaços das escolas de samba, tradi-

cionalmente reconhecidos como espaços fundamentais para a sociabilidade desses sujeitos negros, da cidade e da região.

No entanto, esse espaço de aprendizado informal não está descolado daquilo que propõe a Lei 10.639, na medida em que os acadêmicos do curso de História da Feevale, que já atuam ou atuarão num futuro próximo nas escolas regulares, trazem para dentro da sala de aula a reflexão sobre a sua vivência, as relações *intersubjetivas* que se estabelecem nesses espaços, as indagações sobre o conteúdo daquilo que será objeto da reflexão: “Que África é essa? Existe a África ou existem Áfricas? O que é isso que chamamos de 'afro-brasileiro'? Qual o risco que corremos de 'essencializar' a chamada cultura afro? O que estamos aprendendo com essas comunidades?”. Caminhamos, assim, em direção a um movimento, assinalado por José Jorge de Carvalho (2005, p. 140), que é o de “construir parâmetros para a legitimação de novos saberes”, isto é, abandonando uma visão etnocêntrica e eurocêntrica dominante nas nossas universidades e abrindo os espaços institucionais para a edificação de novos saberes, que brotam da interlocução com as próprias comunidades, por intermédio do diálogo com muitos daqueles que, até então, estiveram excluídos da produção de um saber acadêmico e que, na

condição de *objetos* da produção desse conhecimento, almejam, sim, a condição de *sujeitos*.

Sendo assim, a extensão torna-se um canal privilegiado, por permitir que acadêmicos, professores e instituições experimentem um *estranhamento* acerca dos seus saberes e das suas práticas. No caso da Lei 10.639, é crucial este movimento de abertura das instituições de ensino, porque, infelizmente, não temos no ensino formal a tradição de uma valorização do ensino da África e da cultura afro-brasileira. Para realizar com êxito essa tarefa, precisamos dialogar constantemente com outros sujeitos e outros grupos, estabelecendo parcerias, redes, ouvindo especialmente as organizações do próprio movimento negro. Não podemos esquecer que nesse país, historicamente, a militância negra atuou em projetos educativos, construindo suas próprias propostas pedagógicas, desafiando o ensino formal exatamente porque sabia dos entraves estruturais deste, que, por muito tempo, serviram para perpetuar o racismo e impossibilitar a expressão da diversidade étnico-racial da sociedade brasileira.⁹

Pode-se dizer que a extensão universitária é também uma passagem, uma ponte, um elo, ligando aqueles saberes técnicos, teórico-metodológicos que alicerçam uma identidade profissional com outros saberes

e outras vivências que fortalecem uma identidade cidadã, contribuindo, sensivelmente, para a formação de um ser humano integral, comprometido com as questões sociais e com a construção de uma vida melhor e mais justa, para todos.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior**. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

CHAGAS NETO, João E. A construção identitária do afro-brasileiro e a Lei 10.639/2003: desafios e possibilidades de inclusão a partir do espaço institucional do ensino escolar. In: NUNES, Margarete F. (org). **Diversidade e Políticas Afirmativas: diálogos e intercursos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

LIMA, Ivan Costa. A pedagogia interétnica em Salvador: uma proposta pedagógica de combate ao racismo. In: NUNES, Margarete F. (org). **Diversidade e Políticas Afirmativas: diálogos e intercursos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

MAGALHÃES, Magna Lima. Negras memórias: a trajetória da Sociedade Cruzeiro do Sul. In: NUNES, Margarete F. (org). **Diversidade e Políticas Afirmativas: diálogos e intercursos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

Notas

1 Este trabalho foi apresentado na Feira de Iniciação Científica e Salão de Extensão do Centro Universitário Feevale, em outubro de 2007, pela acadêmica Luciana Marques

Pereira, sob a orientação da professora Margarete Fagundes Nunes.

2 Graduanda do curso de Licenciatura em História no Centro Universitário Feevale lucianamp@feevale.br.

3 Professora do Centro Universitário Feevale, Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina marganaunes@feevale.br

4 Para maiores informações sobre a Lei, ver trabalho de Chagas Neto (2005).

5 O projeto Quizomba da Cidadania foi gestado pela Horta Comunitária, em 2007, e contou com as seguintes entidades: Feevale, Comitê Pró-Ações Afirmativas de Novo Hamburgo COPAA, Sociedade Cruzeiro do Sul, Escola de Samba Os Marujos, Império da São Jorge e Protegidos, todas de Novo Hamburgo, Movimento de Consciência Negra Palmares, de São Leopoldo. O Quizomba da Cidadania foi promovido pelo Ministério da Cultura, por meio da Fundação Palmares.

6 O projeto Banda Mirim acontece desde o ano de 2003, está ligado ao programa de extensão NIGERIA de identidade, etnia e gênero do Centro Universitário Feevale e desenvolve-se no interior das escolas de samba de Novo Hamburgo, constituindo-se de oficinas educativas, lúdicas, artísticas e culturais direcionadas às crianças e adolescentes dessas comunidades.

7 A Sociedade Cruzeiro do Sul foi fundada como um clube de futebol para negros. Sua data de fundação é de 1922, cinco anos antes da emancipação da cidade de Novo Hamburgo. Somente mais tarde é que passou a ter o caráter de escola de samba (MAGALHÃES, 2005).

8 Esta oficina foi realizada em parceria com a acadêmica do curso de Licenciatura em História pela Feevale Mônica Flor Ramos.

9 Excelente contribuição para esta reflexão é o trabalho de Ivan Costa Lima (2005).